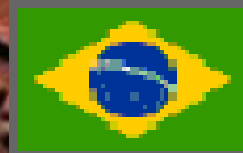


Instrumentos Institucionais para o Desenvolvimento dos Proprietários de Pequenas Terras com Vocação Florestal

Estudo de Caso de Integração Horizontal:

Associação de Recuperação Florestal do Pontal do Paranapanema (PONTAL FLORA)



Sebastião Kengen

Janeiro, 2003



Financiado por



Fondo Asociación con Holanda
para el Medio Ambiente

Resumo da Apresentação

1. O Setor Florestal Brasileiro
2. Estudo de Caso da Associação de Recuperação Florestal do Pontal do Paranapanema – Pontal Flora
3. Lições Aprendidas
4. Recomendações



1. O Setor Florestal Do Brasil

- 
- Recurso Florestal e Desmatamento
 - Terras de Vocação Florestal e Seus Proprietários
 - Indústria e Produção Florestal
 - O Setor Florestal na Economia Nacional
 - Principais Limitantes ao Desenvolvimento Florestal

Recurso florestal e desmatamento

- Cobertura florestal do Brasil de aproximadamente 5.5 milhões de km² de florestas nativas, o que corresponde a cerca de 65% do seu território.

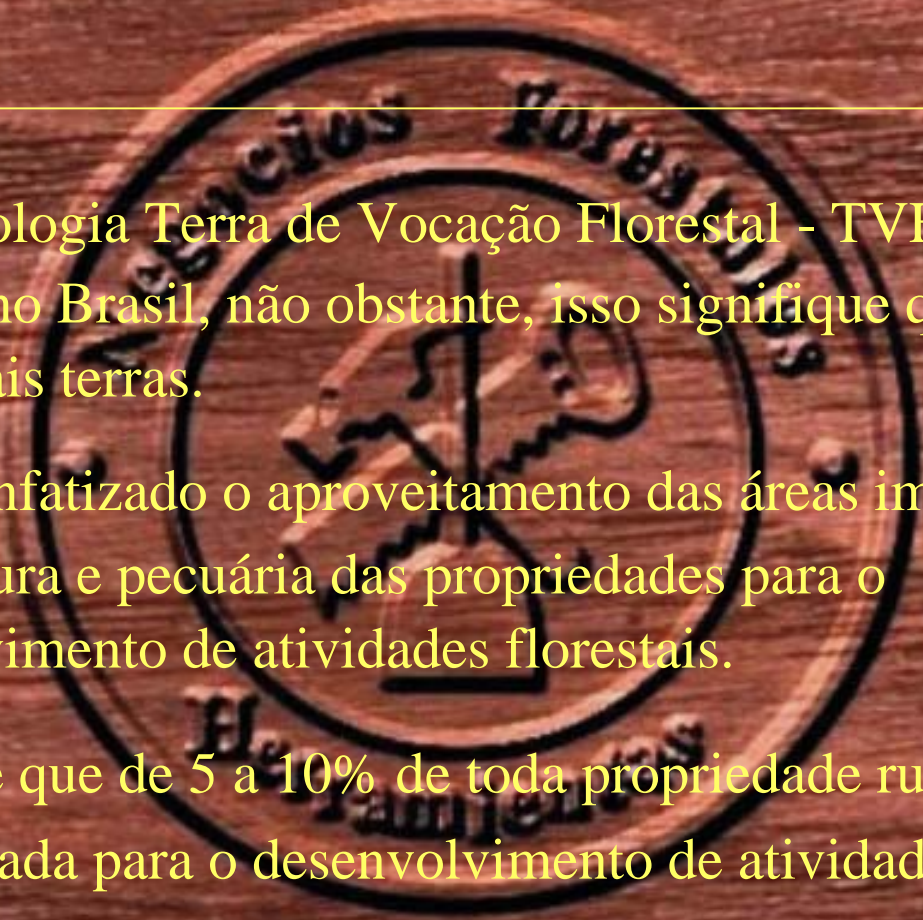
Mapa da distribuição de cobertura Vegetal por Bioma no Brasil



- Cerca de 6 milhões ha plantados com recursos do programa de concessão de incentivos fiscais para o reflorestamento:



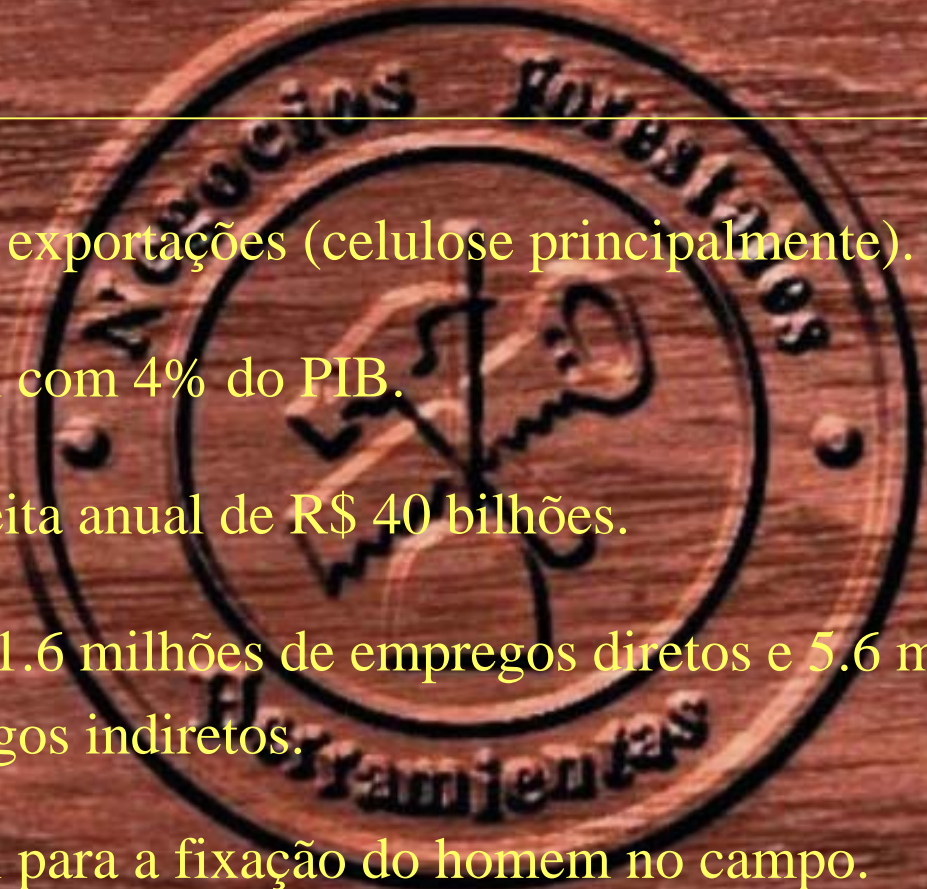
TVF e seus Proprietários

- 
- A terminologia Terra de Vocação Florestal - TVF, não é utilizada no Brasil, não obstante, isso signifique que não existam tais terras.
 - Tem-se enfatizado o aproveitamento das áreas impróprias para a agricultura e pecuária das propriedades para o desenvolvimento de atividades florestais.
 - Estima-se que de 5 a 10% de toda propriedade rural é inapropriada para o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias.

Indústria e produção florestal

- Consumo de madeira em tora > 300 milhões m³/ano e para fins industriais 166 milhões m³/ano.
- Papel e celulose:
 - 7° produtor mundial de celulose e 10° de papel.
 - 220 empresas e 255 unidades industriais.
 - 100 mil empregos diretos e 500 mil indiretos.
- Madeira processada:
 - Serrarias (10.000 unidades).
 - Molduras, blocks/blanks e EGP (975.000m³ em 2000).
 - Compensados (2,2 milhões m³).
 - Painéis reconstituídos (Chapas de fibra, aglomerados e MDF).
 - Indústria moveleira (803.000 empregos, US\$489 milhões em exportações e R\$ 8,8 bilhões de faturamento em 1999).

O setor florestal na economia nacional

- 
- 10 % nas exportações (celulose principalmente).
 - Contribui com 4% do PIB.
 - Gera receita anual de R\$ 40 bilhões.
 - Absorve 1.6 milhões de empregos diretos e 5.6 milhões de empregos indiretos.
 - Contribui para a fixação do homem no campo.

Principais limitantes ao desenvolvimento florestal

• Setoriais

- Corte ilegal.
- Fragmentação das TVFs.
- Expansão da fronteira agropecuária.
- Instabilidade da legislação.
- Escassez de recursos financeiros específicos para o setor.
- Recursos insuficientes para promover a expansão dos plantios.
- Modernização e aumento da capacidade industrial.
- Política específica para a competitividade internacional.

• Extra – setoriais

- Autoridade difusa - Duplicidade de atos normativos (Federal x Estadual).
- Burocracia excessiva.
- Legislação conflitante.
- Baixa prioridade para o setor.

2. Estudo de caso de integração horizontal:

Associação de Recuperação Florestal
do Pontal do Paranapanema (PONTAL FLORA)

- Antecedentes
- Objetivos do Programa
- Gestão Empresarial
- Instrumentos (Governo e TVF)
- Benefícios
- Sustentabilidade
- Conclusões

Associação de Recuperação Florestal do Pontal do Paranapanema (PONTAL FLORA)



Antecedentes

- Inexistência de integração horizontal entre proprietários de TVF.
- Organização tipicamente brasileira.
- Constituída em 13 de julho de 1991 e seu viveiro construído em 1992 e em maio de 1993 (distribuição de mudas).
- Desde sua fundação até a presente data (2001) foram plantados cerca de 3.500 ha. Cada plantio tem em média cerca de dois (2) ha/propriedade.
- Atende a um dispositivo legal, uma vez que o Código Florestal estabelece que todo consumidor de madeira deve repor a madeira consumida.
- Contribui para promover o fomento florestal em pequenas e médias propriedades rurais.
- Promove programas de educação ambiental.
- Modelo para a América Central e Caribe.

Objetivos

Produzir mudas para plantio próximo às fontes consumidoras

Contribuir para garantir a sustentabilidade do consumo

Tornar acessível ao consumidor de madeira o cumprimento da obrigatoriedade da reposição florestal, conforme Código Florestal

Gestão empresarial

- Os consumidores de matéria-prima florestal são classificados, para fins de reposição florestal obrigatória, como se segue:
 - Pequeno Consumidor: quem consome menos de 1.200 st/ano ou 400 mdc/ano ou 600 m³/ano.
 - Médio Consumidor: quem consome de 1.200 st/ano a 12.000 st/ano ou de 400 a 4.000 mdc/ano ou de 600 a 6.000 m³/ano (seiscentos a seis mil metros cúbicos por ano).
 - Grande Consumidor: quem consome acima de 12.000 st/ano ou acima de 4.000 mdc/ano ou acima de 6.000 m³/ano.
- Não há uma organização de proprietários.
- Pontal Flora desenvolve programa de extensão florestal.
- Adesão ao programa é livre.
- Evolução do programa (integração espontânea dos proprietários).

Instrumentos

• Institucionais

- As associações de reposição florestal, no Estado de São Paulo, são regulamentadas pelo IBAMA e pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

• Institucionais

- A Reposição Florestal é obrigatória (Código Florestal).
- A Reposição Florestal obrigatória deve ser realizada no estado de origem da madeira consumida.

• Econômico-financeiros

- Doação de mudas e prestação de assistência técnica aos proprietários rurais.
- O consumidor de madeira paga à Pontal Flora a taxa de reposição florestal obrigatória.
- O proprietário participante assina contrato com a Pontal Flora.
- Promoção de programa de fomento florestal e educação ambiental.

• Ambientais

- Cumprimento da legislação Ambiental e Florestal Estadual e Federal.

Benefícios

- **Institucionais e Legais**

- Cumprimento de dispositivo legal (Código Florestal e Legislação Estadual).

- **Econômico-financeiros**

- Possibilita aos consumidores de madeira cumprirem com a obrigação legal a um custo baixo.
- Contribui para implantação de plantios próximos as fontes de consumo.
- Possibilita ao proprietário rural uma diversificação de sua produção com reflexos positivos em sua renda.

- **Ambientais**

- Recuperação de áreas degradadas.
- Recomposição de áreas de reserva legal.
- Programas de educação ambiental.

Sustentabilidade

• Institucional

- Cumprimento da exigência legal (Código florestal).
- Falta aos consumidores de madeira a percepção da importância da reposição florestal.
- Reposição ainda é percebida como uma imposição legal e não um meio de aumento de oferta da madeira.
- Falta uma fiscalização mais efetiva para diminuir a sonegação.

• Econômica e Financeira

- Consumidores de madeira sonegam o pagamento da taxa de reposição florestal obrigatória.
- Pontal Flora enfrenta dificuldades financeiras devido à sonegação.
- Diversificação das atividades - venda de mudas e parcerias com prefeituras e sindicatos rurais - para enfrentar a falta de recursos.

• Ambiental

- Estímulo ao plantio florestal.
- Recuperação de áreas degradadas.
- Programas de educação ambiental.

• Social

- Proprietários rurais procurando espontaneamente os serviços da Pontal Flora.
- Capacitação dos proprietários rurais em atividades florestais.

Conclusões

- O IBAMA não plantou nenhuma árvore, embora tenha arrecadado a taxa de reposição florestal.
- Essa omissão permitiu que o setor privado se organizasse e pudesse receber a taxa relativa à reposição florestal obrigatória e realizar a mesma, conforme determina o Código Florestal.
- A reposição obrigatória vem sendo realizada (superar obstáculos).
- Sonegação (obstáculos enfrentados).
- Existe uma grande demanda por madeira, principalmente, sob a forma de lenha para atender, particularmente, a indústria cerâmica.
- Entretanto, as evidências sugerem que o poder público não contribuiu para que haja um ambiente mais favorável para o desenvolvimento florestal, i.e. menos burocracia e uma legislação florestal menos complexa.
- Essas conclusões podem ser estendidas às demais associações de reposição florestal e até mesmo para todo o setor florestal brasileiro.
- Produtores rurais já procuram, de forma espontânea, integração ao Programa.

3. Lições Aprendidas

- O setor privado (Pontal Flora), mostrou-se eficiente em promover a reposição florestal obrigatória
- Não obstante a importância da reposição florestal no sentido de garantir o suprimento futuro de madeira, a mesma ainda é percebida como uma imposição e não como uma necessidade para a manutenção futura das atividades que consomem a madeira
- Essa falta de percepção quanto a importância do programa da Pontal Flora, tem contribuído para que muitos consumidores soneguem e não recolham a taxa de reposição florestal, enquanto outros quando o fazem declaram um consumo bem inferior ao que efetivamente consomem, no sentido de pagar menos
- A falta de uma fiscalização mais efetiva por parte do poder público contribui para a sonegação
- As duas últimas lições acima, não se restringem ao caso da Pontal Flora, mas as mesmas podem se aplicar às demais associações de reposição

4. Recomendações

DTVVF

- Estimular uma visão empresarial (produtores).
- Dispensar ao plantio florestal o mesmo tratamento que é dado às culturas agrícolas, i.e. menos burocracia e uma legislação menos complexa.
- O excesso de burocracia e a complexidade da legislação florestal, hoje existente, constitui-se num desestímulo ao desenvolvimento da atividade florestal, particularmente por parte dos DTVVF.
- Expansão e diversificação das atividades.

4. Recomendações

Industrial

- Estímulo ao desenvolvimento industrial (equipamento florestal).
- Maior integração entre o setor público e o privado.
- Desenvolvimento tecnológico (setor florestal).

4. Recomendações

Governo Extra Sectorial

- Ampliar Fiscalização.
- Simplificação da burocracia e dos instrumentos normativos.
- Interação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE para apoiar os proprietários rurais a desenvolver uma atividade empresarial florestal.

4. Recomendações

Governo

Sectorial

- Desenvolver um programa de educação, extensão e assistência técnica com duas vertentes:
 - Demonstrar aos consumidores a importância da reposição florestal.
 - Demonstrar aos proprietários rurais que a atividade florestal, pode ser incorporada às suas atividades agropecuárias tradicionais e constituir-se numa fonte alternativa de renda.
- Estabilidade de regras.
- Compatibilização entre as legislações (federal, estadual e municipal)
- Fortalecimento institucional.
- Fomentar o reflorestamento.
- Linhas de crédito e financiamento apropriados.
- Apoio ao manejo florestal sustentável, implementação de critérios & indicadores e processos de certificação de florestas.

Resumo

Definição

TIPOLOGÍA

Sociedade de direito privado sem fins lucrativos a qual é constituída por consumidores de produtos florestais e, também, por não consumidores, como por exemplo, proprietários rurais e pessoas que têm interesse na conservação dos recursos florestais, com o objetivo de cumprir o dispositivo legal referente à reposição florestal obrigatória

Resumo

	CARACTERÍSTICAS BÁSICAS
Propriedade da terra	Individual
Uso e posse	Individual
Tamanho das TVF	Variável
Nível de ganho das TVF	Pequeno A principal atividade econômica é a agropecuária, o plantio florestal é uma atividade acessória a qual deverá gerar uma renda extra ao proprietário
Operação do negócio florestal	DTVf realiza as atividades de implantação e manutenção do plantio florestal que foi realizado com as mudas doadas pela Associação de Reposição Florestal.

Resumo

	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO NEGÓCIO FLORESTAL
Fluxo de caixa para o DTVF / Liquidez	Receita em picos e gastos distribuídos / Baixa liquidez
Economia de escala / Produtividade	Limitada – Variável
Subsídios/Incentivos aos DTFV	Inexistentes
Subsídios/Incentivos às Empresas	Inexistentes
Riscos para o DTVF	Pequeno - Compartido

Resumo

	TOMADA DE DECISÕES NO NEGÓCIO FLORESTAL
Insumos	Associação de Reposição Florestal
Tecnologia	Associação de Reposição Florestal
Produção	Individual
Venda	Individual
Administração do negócio	Individual
Poder de negociação	Médio
Pré-requisito	Ter a propriedade da terra
Capital investimento requerido DTVF	Pequeno a Moderado
Capital de trabalho requerido DTVF	Pequeno a Moderado

Resumo

VANTAGENS/DESVANTAGENS PARA O DTVF EM RELAÇÃO A OUTROS MODELOS INSTITUCIONAIS DE INTEGRAÇÃO HORIZONTAL TÍPICOS

Decisão individual rápida	Sim (Vantagem)
Receber subsídios/incentivos DTVF	Indiferente
Receber subsídios/incentivos Empresa	Indiferente
Risco florestal alto	Não (Vantagem)
Risco comercial alto	Não (Vantagem)
Acesso a crédito suficiente e barato	Sim (Vantagem)
Acesso à informação comercial	Não (Vantagem)
Fluxo de caixa positivo	Não (Desvantagem)

Resumo

	VANTAGENS/DESVANTAGENS PARA O DTVF EM RELAÇÃO A OUTROS MODELOS INSTITUCIONAIS DE INTEGRAÇÃO HORIZONTAL TÍPICOS
Pagamento único grande	Não aplica
Economia de escala / Produtividade alta	Não (Desvantagem) / Não (Desvantagem)
Complexidade operativa e comercial	Não (Vantagem)
Preços altos para produtos florestais	Variável (Vantagem ou Desvantagem depende do mercado)
Preços baixos para insumos	Variável (Vantagem ou Desvantagem depende do mercado)
Desenvolvimento de habilidades empresariais e técnicas	Não (Desvantagem) Não (Desvantagem)

Resumo

	VANTAGENS/DESVANTAGENS PARA O DTVF EM RELAÇÃO A OUTROS MODELOS INSTITUCIONAIS DE INTEGRAÇÃO HORIZONTAL TÍPICOS
Custo unitário baixo de construção/manutenção de caminhos	Não se aplica
Operações de extração eficientes	Neutro – Vantagem
Pressão para utilização de TVF a usos não sustentáveis	Não se aplica (Vantagem)
Conserva a propriedade das TVF	Neutro – Vantagem
Liquida seu capital terra-floresta	Não (Vantagem)
Sócio da empresa	Pode ser ou não sócio (Vantagem)
Aumenta sua renda	Sim (Vantagem)
Melhora sua qualidade de vida	Espera-se que sim
Custo de serviços técnicos alto	Não (Vantagem)



<http://www.iadb.org/regions/re2/en2/forestal/integracion.htm>